

COP21, uma política energética precisa-se: caminhando para 100% de electricidade renovável?

As Energias Renováveis (RE), sobretudo a eólica e a hídrica, já têm hoje uma contribuição em média superior a 50% na produção da electricidade que utilizamos. Temos também uma contribuição grande dos combustíveis fósseis, sobretudo do carvão (~30%) e, quando falamos da necessidade de descarbonizar a nossa economia, pelo impacte que a eles está associado, a escolha mais eficaz seria a terminar com a contribuição do carvão.

Olhando de mais perto, verifica-se que nem sequer é necessário haver uma decisão sobre o encerramento das duas centrais a carvão que temos: elas atingem o seu tempo de vida útil em meia dúzia de anos, isto é “sairão de cena” pelo seu pé.

Meia dúzia de anos é o tempo que temos para pensar o que vamos fazer em alternativa. Outras centrais a carvão? Julgo que isso é impossível, por ser tão fortemente contrario aos compromissos assumidos no contexto COP21. Mais gás natural? Mais Energias Renováveis?

Mas estes prazos e estas decisões obrigam a que haja uma política energética discutida e definida desde já.

Há quem pense que o mercado é que deve encarregar-se de nos ir fornecendo soluções, mas, se queremos caminhar de forma decisiva no sentido COP 21, necessitamos de muito mais do que isso.

Hoje o custo de produção centralizada de electricidade, no caso dos combustíveis fósseis, é determinado apenas pelos custos destes, e é tão baixo que **não há mercado** para desenvolver soluções renováveis ou mesmo convencionais novas. Poder-se-á argumentar que, a prazo, subirão de custo porque são finitos, mas não se sabe nem quanto, nem quando.

Contudo, quando se considerarem as alternativas a investir em novas centrais a carvão, estar-se à **gerar mercado**, por ser agora possível comparar diversas opções em base similar (LCOE, custos evitados, despachabilidade, etc.)...

Para esta comparação será fundamental considerar aspectos como a internalização dos custos dos impactes ambientais. E outros, como por exemplo, os ligados à segurança do abastecimento ou ao interesse em reduzir importações, ou à valorização da atividade económica interna gerada por uma aposta substancial nas renováveis... Valor e custo não são a mesma coisa. Actualmente discute-se electricidade como um bem económico heterogéneo.

Se estivéssemos a considerar estes aspectos, hoje e já, poderíamos estar a **gerar mercado**, mesmo nas circunstâncias actuais! Não fazer isto é uma forma de política energética (por ausência)... mas será a que queremos?

Por outro lado, mesmo quando se olha para a produção descentralizada com fotovoltaico, que hoje já se consegue fazer a valores mais baixos que os que pagamos para ter electricidade lá em casa, isto é, em torno dos quais já **existe um mercado** que se está a explorar, não temos uma legislação favorável a que este se desenvolva para valores significativos. Outra vez política energética!

Mas, no estado actual das tecnologias RE e pensando 2030, é perfeitamente legítimo pensar que poderíamos já ter, nessa altura, 80%, e mesmo perto de 100% de contribuição das renováveis...

Poderíamos também pensar que fazendo isso com um avanço de 10 ou 20 anos sobre o resto da União Europeia, poderíamos ser um estudo de caso para os nossos parceiros europeus e beneficiar de alguma ajuda financeira ou outra, directa, para atingirmos esse resultado.

Do ponto de vista tecnológico isto pode atingir-se com o crescimento do solar (ver Quadro 1), até se alcançar sensivelmente 30% do total, reforçando ainda a eólica e a hídrica para valores idênticos, ficando o resto para a biomassa, a cogeração e o gás natural, este último numa quantidade residual, como boa medida para um equilíbrio sem grandes tensões, enquanto o resto da Europa não caminha na mesma direção e ajuda a balançar o nosso conjunto com trocas de energia de e para outros países.

Quadro 1- Uma evolução possível para a situação de ~100% electricidade renovável em 2030; os valores de potência instalada referidos para o Solar, centralizado e descentralizado, são apenas uma combinação possível a título de exemplo da ordem de grandeza para valores idênticos de consumo; nota: o solar termoelétrico, STE, é considerado com 15 h de armazenamento à potência nominal.

	Actualmente (~50TWh)	2030 ?	solar _e
Hídrica	~25%	<31%	
Eólica	~25%	<31%	
Solar	<2%	<31%	P. Centralizada 5750 MW- STE 1500 MW- PV P. Descentralizada 1500 MW
GN + Cogeração + Biomassa + Outros	<20%	<7%	
Carvão	<30%	0%	

Chamando o solar à liça desta forma, é necessário pensar em soluções de produção centralizada e despachável, com **armazenamento térmico** de energia; o solar termoelétrico, hoje ainda a necessitar de um esforço de desenvolvimento superior ao do fotovoltaico, mas para o qual podemos e devemos contribuir.

Queremos fazer isto tudo aumentando o consumo de electricidade através da mobilidade eléctrica e consequente redução dos usos de combustíveis no sector dos transportes?

Queremos aumentar a contribuição do solar e da biomassa para todo o uso de energia que não é eléctrico?

As opções políticas neste contexto podem e devem também antecipar um quadro legislativo que permita não só fazer face ao eventual aumento do consumo interno de energia, mas ao futuro mercado interno da energia num contexto Europeu e dos países vizinhos, que necessitará e muito de formas de energia que ainda não atingiram a maturidade como a STE, e promover desde já medidas de estímulo à implementação, demonstração e contínuo desenvolvimento de R&D neste campo, com vista à sua adopção e disseminação, aproveitando os recursos e know-how de excelência que Portugal já desenvolveu ao longo dos anos.

Para encontrar as melhores condições de por tudo isto em marcha é necessário, é urgente, uma política energética! Para a electricidade, meia dúzia de anos é o tempo que, em qualquer caso, temos disponível...



Évora, 2016, Junho

Manuel Collares Pereira

(Presidente do IPES- Instituto Português de Energia Solar)